

RECIFE A SER CONQUISTADO PARA E COM O POVO DE NOVO



Cristiano Ramalho.

A grande maioria da população recifense (61% – somatória dos votos válidos e inválidos) não aprovou Geraldo Julio (atual prefeito, do PSB) no primeiro turno e, tampouco, a sua gestão, se não o teria (re)eleito. Esse expressivo número, ou parcela significativa dele, está em disputa, de agora em diante, sendo decisivo para a vitória do PT. Decerto que esse grupo não é homogêneo, já que uma parte das pessoas que o compõe é, historicamente, antipetista, apolítica ou – o que é pior – antipolítica, votando em candidatos(as) alinhados à direita em Recife (DEM, PSDB) ou até mesmo em ninguém. Entretanto, existem também aqueles(as), a maioria, desejosos(as) pela mudança na gestão por não se sentirem contemplados(as) pelas políticas desenvolvidas (ou não realizadas) pelo Poder Público Municipal. E mesmo dentro do universo dos que votaram em Geraldo Julio, no primeiro turno, pode ocorrer migrações de votos para João Paulo (PT), seja por conta do confronto, agora direto no segundo turno de propostas e projetos entre os referidos candidatos, através da necessária – mais para o PT- politização do debate eleitoral e os esclarecimentos daí surgidos para a sociedade, seja em decorrência da quebra no número de pessoas que, provavelmente, optou por Geraldo Julio, embalado pelo sentimento do voto útil no dia 2 de outubro último. Trazer esses(as) descontentes com a gestão do PSB em Recife ou com a política e os políticos, no geral, e aqueles(as) que são desconhecedores(as) de determinados fatos e propostas políticas para um projeto de uma cidade melhor, inclusiva e mais justa é essencial.

Geraldo Julio enfrentará o segundo turno pela primeira vez, já que na sua primeira eleição, em 2012, o peso de seu padrinho político (o falecido Eduardo Campos, que era o Governador de Pernambuco) evitou isso, a partir da sua importante influência e atuação política. Isso obrigará Geraldo Julio a ter que enfrentar um debate mais igual no segundo turno (tempos iguais de TV e rádio, por exemplo). Ademais, a avaliação da atual gestão do Governo do Estado de Pernambuco – Paulo Câmara (PSB) – não é positiva, visto que os indicadores de violência têm crescido de modo assustador (somente nos últimos dias 30 de setembro, 1 e 2 de outubro foram assassinadas, em Pernambuco, 68 pessoas), revelando a falência do Programa Pacto Pela Vida (construído na primeira gestão de Eduardo Campos, 2007-2010, e âncora importante de suas boas avaliações

na época e do próprio PSB).

Embora o cenário seja difícil (dificílimo, aliás) para João Paulo, para o PT no geral, há graves denúncias que atingem também (e diretamente) o PSB em Pernambuco, através das operações Turbulência (compra e venda do jato Cessna usado na campanha presidencial de Eduardo Campos – jato utilizado no lamentável acidente aéreo que o vitimou em agosto de 2014) e Fair Play (sobre a Arena de Pernambuco). Tais operações passaram a ser associadas à Lava Jato, envolvendo pesos pesados dos quadros do PSB pernambucano (e recifense), segundo divulgações feitas pela imprensa e/ou pelas próprias instâncias investigadoras. João Paulo não é mencionado e não está inserido em nenhum escândalo.

Geraldo Julio é apoiador do Governo Temer e de suas políticas antissociais (propostas de reformas da previdência, trabalhista e do ensino, para ficar somente nessas), fato que não deve ser negligenciado nos debates do segundo turno. Temer tem uma reprovação popular altíssima e é um “presidente” ilegítimo. Uma lembrança faz-se oportuna. Desde o segundo turno da última eleição presidencial, a direção do PSB de Pernambuco foi uma das responsáveis pela inflexão deste partido para o campo conservador no País, tornando-o aliado da destituição ilegal da presidenta Dilma Rousseff em agosto passado.

As ações da Prefeitura do Recife – sob o comando do PSB, de Geraldo Julio – nos últimos quase 4 anos caracterizaram-se por desenvolver políticas sociais localizadas sem caráter universalista, diferentemente do que aconteceu com as administrações petistas (a de João Paulo e, depois, a de João da Costa, de 2001 a 2012) nas áreas da educação, saúde, habitação, meio ambiente, etc. Assim, elas são (e serão) incapazes de atender a toda população. Reproduzem, com isso, o caráter neoliberal dos projetos sociais que existiram fundamentalmente na década de 1990 no Brasil da era FHC, agora por meio do Compaz e do Hospital da Mulher aqui em Recife, particularmente por serem tais iniciativas meramente pontuais e situadas, tornando-se “políticas modelos” que apenas (apenas!) prometem um dia serem fatos generalizados para toda a cidade. Há, sem dúvida, um abismo entre o discurso do prefeito e o que apresenta a realidade do Recife.

É fundamental defender os legados das políticas de inclusão social praticadas pelo PT nos âmbitos dos governos federal e municipal, visto que os mesmos mudaram, para melhor, a situação e a condição de vida da maioria da população e de segmentos sociais antes excluídos no Brasil e em Recife, historicamente. Isso se deu devido à questão desses sujeitos passarem a ser inseridos na esfera da formulação e do planejamento governamentais, tornando-se, conseqüentemente, artífices e alvos das inúmeras políticas públicas inovadoras efetivadas pelo PT.

Por fim, olhar o passado pode ser importante, porque, no ano de 2000 quando tentou sua reeleição, o então prefeito do Recife (Roberto Magalhães, do PFL [hoje DEM] – considerado imbatível por ser, também, representante de uma poderosa aliança com Jarbas Vasconcelos, então Governador de Pernambuco depois de impor uma derrota histórica a Miguel Arraes em 1998) teve 49,42% dos votos válidos no primeiro turno, sendo derrotado por João Paulo (PT) no segundo turno em uma disputa muito acirrada (João Paulo teve 50,38% e Roberto Magalhães obteve 49,62% dos votos válidos, onde este estagnou na sua votação entre o primeiro e o segundo turno).

É claro que são momentos distintos (a disputa do passado com Roberto Magalhães e a do presente com Geraldo Julio), mas cada época possui suas próprias dificuldades. Uma coisa não deve mudar: acreditar que é possível, especialmente quando se almeja fazer um bom combate com um claro projeto democrático-popular – alianças com as forças progressistas, com a esquerda (com partidos e movimentos sociais) –, objetivando desnudar, inclusive, a existência de programas distintos para a cidade (um para poucos, do PSB, e o outro para a maioria dos recifenses, do PT); e é isso que deve ser feito com a qualidade de quem realizou gestões exitosas para e com o povo quando esteve na prefeitura do Recife (de 2001 a 2008, devido à reeleição), como foi o caso de João Paulo. Por isso, antes da vitória eleitoral, deve-se consolidar a boa vitória política para que aquela não se transforme em uma assombração desta, bloqueando processos de verdadeira transformação social. Se for para perder na defesa de um projeto democrático-popular, é melhor que seja assim do que render-se ao mero pragmatismo eleitoral, porque tal fato custou (e tem custado) muito caro ao PT, com repercussões negativas para os movimentos sociais e para a própria esquerda no geral.

Então, vamos que vamos, João Paulo, PT, pois há um Recife a ser conquistado para e com o povo de novo.

Cristiano Ramalho é integrante da tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores, Recife – PE, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Professor e Pesquisador da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).